



Declaração do Rio de Janeiro

22a Conferencia do OIDP

Democracia Participativa para Cidades Diversas, Inclusivas e Transparentes

A 22.ª Conferência do OIDP, a Cimeira Mundial sobre Democracia Participativa Local, realizou-se no Rio de Janeiro (Brasil) de 6 a 8 de novembro de 2023. O seu tema foi **"Democracia Participativa para Cidades Diversas, Inclusivas e Transparentes"**. Reuniu cerca de 375 líderes locais e regionais: presidentes de câmara, vereadores, secretários, representantes do governo, organizações internacionais, bem como representantes da sociedade civil e do meio académico para trocar experiências, debater os desafios atuais e propor soluções para os desafios identificados.

A Conferência foi estruturada em 4 áreas temáticas: **Cidadania e Democracia; Participação e Deliberação; Inclusão e Diversidade; Transparência e Governo Aberto**, para explorar as inovações democráticas nas cidades e os desafios em termos de coexistência, conflito e desenvolvimento urbano.

Comprometidos com a Agenda 2030 e com o papel dos governos locais e regionais na sua implementação, os temas abordados na conferência estão diretamente relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 16 "Paz, justiça e instituições sólidas", ODS 5 "Igualdade de género", ODS 11 "Cidades e comunidades sustentáveis", ODS 17 "Parcerias para alcançar os objetivos".

Comprometidos com o **Pacto para o Futuro da CGLU**, que deve ser considerado como uma referência para a transformação das nossas cidades e territórios, com a premissa de não deixar ninguém e nenhum território para trás. O Pacto para o Futuro coloca a democracia local no centro da ação e sublinha a importância da representação e da participação:

- Governar em parceria - um impulso renovado à descentralização;
- Colocar os cidadãos e as comunidades, em toda a sua diversidade, no centro da tomada de decisões;
- Cidadania informada e empoderada;
- Criar confiança entre os cidadãos, as instituições e as comunidades.



As delegações presentes registam que:

- Os valores democráticos, a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional Humanitário estão cada vez mais sob pressão em países do Norte e do Sul e têm sido diretamente violados pelas partes em guerras regionais, como os conflitos Rússia-Ucrânia e Hamas-Israel. Neste sentido, associamo-nos à recente resolução das Nações Unidas para um cessar-fogo em Gaza e uma resolução pacífica do conflito, bem como transmitimos apoio à instituição das Nações Unidas e ao seu Secretário-Geral.
- Os cidadãos desconfiam cada vez mais da eficiência e da equidade da política partidária e da ação governamental - local e nacional - corroendo a própria base da governação representativa, um processo que impede governos diversificados, transparentes e abertos.
- A disseminação de notícias falsas e de *deep fakes* por indivíduos e instituições que utilizam as redes sociais e a inteligência artificial - lucrando com a falta de transparência dos seus algoritmos - polariza e tensiona a opinião pública, aumentando os riscos para o pensamento independente, a política partidária, a democracia participativa e o jornalismo profissional, atividades vitais nas - e para as - sociedades abertas.
- Os direitos sociais, as infraestruturas básicas, os bens e serviços públicos - englobados na Nova Agenda Urbana e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 - são postos em causa pelas alterações climáticas e carecem de financiamento público e privado adequado, especialmente no Sul global, prejudicando ainda mais a solidez fiscal e política dos governos locais.

Compromissos das cidades e outras partes interessadas

Os governos locais, regionais e demais delegações que participaram nesta conferência comprometem-se, no âmbito das suas competências, a:

- Promover uma cultura democrática e participativa - cultura, educação, formação, empoderamento, liderança cívica e pró-democrática - democracia sustentável e responsável para as gerações futuras;
- Implementar mecanismos de participação efetiva dos cidadãos, inteligência coletiva, inclusão de todos os coletivos;



- Inclusão de todos os grupos → "a qualidade da igualdade" e reforçar a atenção aos grupos vulneráveis (migrantes, jovens, crianças, mulheres...);
- Promover transparência e governo aberto;
- Promover mais respeito pelos direitos humanos;
- Promover maior contribuição para a rede do OIDP, para reforçar as suas capacidades de ação;
- Reforçar a colaboração entre cidades, governos locais e regionais - espírito de solidariedade e esperança.

Defesa de interesses junto das organizações internacionais e dos governos nacionais

Os governos locais e regionais que participaram nesta conferência apelam aos governos nacionais e as organizações internacionais a promover ações nos diferentes domínios:

- Promover a governação inclusiva, participativa e responsável, a vários níveis;
- Fomentar mecanismos de democracia participativa e deliberativa a nível nacional e internacional;
- Financiar e disponibilizar recursos para projetos de intercâmbio de experiências e divulgação de boas práticas;
- Promover a regulamentação necessária para o funcionamento das grandes plataformas de redes sociais, promovendo um debate sobre o papel das redes sociais na economia global;
- Promover os regulamentos necessários para garantir que as grandes plataformas de redes sociais permitam um debate público equilibrado e para evitar que os algoritmos favoreçam a propagação de ideias extremistas;
- Incentivar a regulamentação para garantir a liberdade de expressão, de opinião e informação, evitando a utilização de algoritmos para difundir ideias extremistas.